

Dialogando com as críticas ao pós-modernismo

Glaurea Nadia Borges de Oliveira

Athur Müller

Hugo Cesar Bueno Nunes

Jorge Luiz de Oliveira Júnior

Marcelo Ferreira de Lima

Larissa Natália Macêdo Moura Fujisse

Elementos introdutórios

O propósito deste vídeo é dialogar com algumas das críticas e acusações que têm sido direcionadas ao movimento genericamente denominado de pós-modernismo. E de antemão, gostaríamos de apontar duas ressalvas.

A primeira delas diz respeito à tentativa sempre problemática de se classificar uma perspectiva epistemológica, agrupando diferentes análises e autores sob a mesma alcunha. Embora o termo “pós-modernismo” permita compreender algumas características mais gerais, que de alguma maneira aproximam determinadas produções conceituais, há, em seu escopo, distanciamentos importantes. Além disso, a própria definição do que vem a ser o pós-modernismo não é uma definição consensual e, portanto, a recorrência a essa classificação requer cuidados. Ao assumi-la nesta discussão, o fazemos, sobretudo, porque ela é adotada por grande parte daqueles que lançam objeções aos pressupostos que aqui serão debatidos, mas não, necessariamente, porque concordemos com ela.

A segunda ressalva se refere ao fato de que, ao nos defrontarmos com posições que refutam os pressupostos do pós-modernismo e tentarmos problematizá-las, não pretendemos entrar numa disputa de caráter maniqueísta. O que desejamos não é apresentar respostas e contra-argumentos definitivos, mas abrimo-nos para um debate que possa ampliar os horizontes de compreensão.

Pós-modernismo – do que se trata?

Como já alertamos, as definições desse termo não são unânimes. Para tentarmos situá-lo, recorreremos a um dos autores que se arriscam a delinear conceitualmente o pós-modernismo – Michael Peters. A intenção maior de Peters (2000) ao se referir ao pós-modernismo é diferenciá-lo do pós-estruturalismo, seu objeto de análise. Para ele, o pós-modernismo possui dois significados gerais, ambos relacionados ao modernismo: um significado estético – relativo às mudanças ocorridas no campo das artes – e um significado histórico ou filosófico – que concerne a uma atitude, um *éthos* situado na pós-modernidade. Já o pós-estruturalismo é uma resposta filosófica a um outro movimento de pensamento que o antecedeu – o estruturalismo –, que tem como ponto central de emergência a redescoberta da obra de Nietzsche, de sua crítica da verdade e de sua ênfase na pluralidade da interpretação, por um grupo de pensadores franceses (como Foucault, Derrida, Deleuze e Lyotard). Ainda segundo Peters (2000), as principais características do pensamento pós-estruturalista são: a renúncia à suposta universalidade das chamadas asserções de verdade; a assunção do caráter radicalmente ativo, arbitrário e pragmático da construção do significado; o questionamento do sujeito

cartesiano, kantiano e humanista (ou seja, do sujeito, autônomo, livre e autoconsciente, concebido como a origem do conhecimento e das ações) e a consequente elaboração de uma outra visão de sujeito (descentrado, dependente do sistema linguístico e constituído discursivamente). Como se percebe, para Peters (2000), é necessário diferenciar o pós-modernismo do pós-estruturalismo, evidenciando a gênese histórica de cada um deles. Por outro lado, esse autor também reconhece que muitos teóricos definem as características do pós-modernismo a partir de elementos do pós-estruturalismo, e é este o argumento que adotamos aqui para nos posicionarmos em relação ao pós-modernismo a partir de aspectos que definem o pós-estruturalismo, sobretudo no que tange à centralidade da linguagem na constituição da realidade e à oposição aos universalismos totalizantes. Fazemos isso não porque admitimos que pós-modernismo e pós-estruturalismo sejam a mesma coisa, mas porque reconhecemos que a estratégia de explicar o pós-modernismo a partir dos atributos do pós-estruturalismo é bastante comum, inclusive, e principalmente, naqueles que refutam tais atributos.

Algumas das críticas ao pós-modernismo

Não são poucos os ataques sofridos pelo pós-modernismo e por aqueles que se situam sob o registro dessa perspectiva de pensamento. E eles vêm de muitas direções. Nos deteremos, aqui, em três elementos desses ataques, que percebemos como recorrentes: o *antirrealismo*, o *relativismo* e o *anticientificismo* imputados ao pós-modernismo.

A acusação de que o pós-modernismo é *antirrealista* vincula-se à centralidade que ele confere à linguagem. Nessa perspectiva, a compreensão tradicional de que a linguagem simplesmente *descreve* as coisas e o mundo é substituída pela ideia de que ela está necessariamente implicada na *definição/produção* das coisas e do mundo. Em outras palavras, é por meio da linguagem que a realidade objetiva é socialmente construída e adquire sentido. Mas assumir o caráter atributivo, arbitrário e constitutivo da linguagem na sua relação com a realidade não significa negar a existência material dessa realidade, como alegam as acusações de antirrealismo. Significa, apenas, reconhecer que a forma como lidamos com a materialidade depende dos significados que lhes são conferidos e, já que esses significados são uma produção linguística, o que define a realidade não é simplesmente o seu caráter físico, material ou natural, mas o seu caráter discursivo. Ou seja, o mundo, as coisas, e as relações que construímos existem materialmente, no entanto, só ganham sentido e função na medida em que são nomeados e, portanto, a forma dessa existência é dependente dos processos simbólicos/linguísticos.

A radicalização do papel da linguagem pelo pós-modernismo vincula-se a outros dois importantes princípios inter-relacionados: a instabilidade dos processos de significação e a ideia de que a verdade é uma construção. Os sentidos não se prendem definitivamente nas coisas que nomeamos ou nas palavras que usamos para evocá-las. A estabilização dos significados é sempre provisória e permanentemente tensionada no interior de relações de poder e resistência. Há um jogo incessante entre a instituição, a desestabilização e a modificação dos significados, o que faz com que o pós-modernismo afirme que qualquer definição é sempre contingente e transitória. A partir disso, ele assume também uma outra atitude diante daquilo que se entende por verdade. A verdade, nessa perspectiva, não é uma essência imutável ou uma revelação a ser descoberta. Ela é aquilo que discursivamente se produz em certas condições históricas, a partir de determinadas instâncias. Como nos ensina Foucault (2012b), verdades dizem respeito ao modo como determinados discursos

funcionam como verdadeiros. Verdades não existem como algo em si, como um *a priori*. Verdades são produzidas na trama linguística a que estamos ligados e, deste modo, não são permanentes, elas se modificam.

É calcado especialmente nesses princípios que o pós-modernismo refuta as narrativas totalizantes – ou metanarrativas – da modernidade, assim como quaisquer pretensões universalistas fundadas em certezas absolutas. E são esses mesmos princípios que o levam a ser acusado de *relativista*, pois já que as definições são transitórias e instáveis, e que não há verdades plenas, estaríamos diante de um “vale tudo”. Essa investida contra o pós-modernismo possui um forte acento moral, ao alegar que sua atitude epistemológica representa um abandono dos princípios de justiça. No entanto, a postura epistemológica implicada no pós-modernismo não é eticamente relativista, como se abrisse mão de qualquer ideia de justiça para avaliar suas posições. É claro que sob o epíteto de pós-moderno há análises que resvalam para esse modo de pensar que leva a permissividade ao extremo. Mas não é isso o que assinala esse movimento. Negar que as definições e as verdades sejam absolutas não é negar a ética. É, como diz Williams (2012), reconhecer que a ética também não é uma questão de absolutos. Os processos de significação são provisórios e se modificam, mas assumem determinadas formas em espaços-tempos específicos. E dentro desses sistemas por ora instituídos, em que certos regimes de verdade são produzidos, há um compromisso ético na forma como as análises pós-modernas se relacionam com esses regimes, compromisso este que age a favor da vida, e não para despotencializá-la. As razões desse compromisso, porém, não são transcendentais, não são exteriores ao jogo discursivo, elas também fazem parte desse jogo em constante movimento.

Neste ponto, talvez convenha dialogarmos com um desdobramento desse tipo de objeção. Em termos políticos, o pós-modernismo atrai críticas tanto de setores de esquerda quanto de direita. Contudo, optamos por nos deter sobre algumas das acusações que lhe são feitas pela esquerda, já que o pós-modernismo se assume como uma perspectiva de esquerda. A esquerda mais ortodoxa alega que a atitude do pós-modernismo é uma atitude que se resigna ao capitalismo. Se resignação expressar o desapego das promessas de um suposto futuro infalivelmente feliz, podemos admitir que sim, o pós-modernismo abriu mão desse tipo de promessa. Em primeiro lugar, porque elas já se mostraram irrealizáveis, ao menos até então; em segundo lugar, porque elas se prendem a convicções inalteráveis, a imagens fixas de como o mundo necessariamente deveria ser – às vezes, dizem que a descrença pós-moderna em um dado projeto utópico de um futuro melhor é o decreto do fim da história; no entanto, será que o fim da história não é decretado justamente quando já se sabe onde se vai chegar? Se, por outro lado, entendermos por resignação a imobilização e o conformismo diante das mazelas do mundo capitalista, então não se pode dizer que a atitude pós-moderna é resignada, pois ela não desistiu de lutar contra essas mazelas. Ao renunciar a um futuro prometido, os pós-modernistas direcionam os seus esforços à tentativa de forjar um presente possível, à construção de espaços-tempos que sejam outros, mas que se engendrem no interior do próprio presente, ainda que, para isso, tenham que renovar continuamente as formas como confrontam as truculências desse presente, já que elas também se renovam. Mas desejar que todas as formas de injustiça deixem definitivamente de existir é, para o pós-modernismo, uma operação ilusória, ainda que bem intencionada. Portanto, o pós-modernismo não abdicou da luta política da esquerda, ele a assumiu de um outro modo. As palavras de Williams (2012, p. 41-42) formulam bem esse posicionamento: *“Onde novas formas de pobreza, alienação e exploração emergem, a luta será para forçar as estruturas a se abrirem a novos modos de eliminá-las. Mas isso não é sonhar com uma estrutura onde elas não existam de nenhum modo”*.

Chegamos, por fim, à acusação de que o pós-modernismo é *anticientífico*. O pós-modernismo não nega a ciência. O que ele faz, partindo do papel constitutivo e arbitrário da linguagem, é questionar a ciência em sua condição de verdade única e/ou mais legítima e em suas conexões com o poder. O problema, então, não reside nas explicações científicas em si, mas na assunção da ciência enquanto uma “verdade pura”. A ciência está vinculada ao poder. Isso pode ser melhor entendido a partir das análises de Foucault acerca da relação entre saber e poder. Segundo Foucault (2012a; 2013; 2014), todo saber expressa uma vontade de poder e todo poder recorre a um saber. Com isso, não há como situar a ciência como algo externo aos jogos de poder, ou como algo que simplesmente atua nesses jogos a favor da eliminação do poder. Assim como qualquer outro discurso, a ciência é também um campo instável de disputa em torno da verdade. Ela é uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2014), mas não “a” verdade. Em decorrência disso, o questionamento do pós-modernismo à ciência também interpela o *status* que a modernidade lhe conferiu de narrativa “mais verdadeira” e “mais autêntica” para dizer o que somos e como devemos agir. É claro que a ciência exerce o papel de explicar o mundo e as relações que nele se estabelecem, mas o pós-modernismo não só desconfia dos efeitos de poder dessas explicações, como também reconhece que além do discurso científico, há outros discursos, outras formas de conhecimento e outras verdades que são igualmente válidas ao pautarem nossas condutas. Ou seja, o pós-modernismo retira da ciência a exclusividade para diferenciar universalmente o verdadeiro do falso.

Ademais, o pós-modernismo interpela a ciência porque ela é uma metanarrativa, e metanarrativas são universalizantes. O pós-modernismo dilui os universais. Com isso, não temos mais onde nos apegar com firmeza, nossas convicções são abaladas, e aqueles que vêm o universal como algo da ordem do “bom” percebem nessa diluição o caos. Talvez seja por isso que relutemos tanto em questionar aquilo que nos parece certo, como a ciência.

Implicações no campo da Educação e da Educação Física

Os pressupostos do pós-modernismo também alteraram as formas de se pensar a escola e as ações educativas que se realizam nesse contexto institucional. Uma parcela da Educação Física (lugar em que nos situamos) tem repensado as suas práticas a partir de tais pressupostos e, ao fazê-lo, não permanece incólume às acusações que são feitas ao pós-modernismo.

Os elementos e argumentos a seguir partem de uma concepção de Educação Física que se ampara nos pressupostos do pós-modernismo, mas, de maneira geral, dizem respeito a qualquer componente curricular que se situe nessa perspectiva.

O questionamento da ciência efetuado pelo pensamento pós-moderno faz com que a Educação Física, ao orientar-se por esse pensamento, reconheça que o seu ensino deve abrir espaço para outras formas de conhecimento – que, em última instância, são outras formas de discurso. Com isso, ela também é acusada de negar a ciência, ou de relegá-la a segundo plano.

Esse questionamento, associado à posição que o pós-modernismo assume diante dos universais, implica o assentimento de uma pluralidade de modos de interpretação, o que, no âmbito do currículo escolar, significa admitir e valorizar que conhecimentos tradicionalmente deixados de fora do currículo sejam ensinados. Esse “deixar de fora” exclui tanto os saberes que não correspondem aos parâmetros

da ciência quanto os que não fazem parte da cultura legitimada. As práticas educativas que atuam no sentido de abrir as portas do currículo para diferentes saberes e para a cultura subordinada procuram estabelecer um diálogo intenso entre as formas de conhecimento que circundam os contextos em que as escolas estão inseridas e aquelas que fazem parte de esferas culturais mais amplas. Assim procedendo, tais práticas são também acusadas de limitar o ensino àquilo que os alunos já sabem, impedindo-os de acessar o “verdadeiro” conhecimento.

Ora, a postura adotada pelas práticas educativas que se orientam pelos princípios do pós-modernismo não desejam operar uma substituição. Elas não querem excluir o saber científico do currículo para colocar outros saberes em seu lugar (como o saber das tradições populares, por exemplo). Tampouco querem eliminar a cultura legitimada para darem passagem somente à cultura subordinada. Não é disso que se trata, como muitas vezes dão a entender as críticas que se fazem a tais práticas. O que se defende é que o discurso do conhecimento científico e da cultura legitimada possam dividir espaço com outros discursos e que as asserções científicas, ao invés de serem retiradas do currículo, sejam interpeladas no seu próprio interior. Se um professor de Educação Física da periferia de São Paulo decide ensinar aos seus alunos as práticas do Hip Hop, após identificar que os alunos convivem com essas práticas em sua comunidade, poderá ser acusado, por exemplo (como já foram alguns professores que abordaram esse tema), de que sua decisão esvazia o sentido da escola e da Educação Física, por reiterar aquilo que já está posto no cotidiano dos alunos. Esse tipo de acusação não leva em conta, no entanto, que os marcadores de poder (preconceito racial, movimentos de resistência, relações de gênero etc.) que configuram a teia de significados em que estão imersas as práticas do Hip Hop precisam ser problematizados, para que possam, inclusive, ser modificados. E esse tipo de problematização dificilmente será acessada pelos alunos no contato que possuem com essas práticas em seu cotidiano. Em que outro lugar eles terão a oportunidade de fazer isso, senão na escola? Isso é esvaziar o sentido da instituição escolar e da Educação Física? Além disso, o fato de um currículo desobstruir a passagem para o Hip Hop, que os alunos de alguma maneira já conhecem, não quer dizer que ele repudiará o balé clássico, por exemplo, que é uma prática cultural mais vinculada à elite e que eles provavelmente não acessam. Há espaços e tempos para ambos. Logo, não se trata de uma atitude de negação, mas de questionamento. Afinal, a quem interessa que se ensine exclusivamente determinados conhecimentos e não outros? Os conhecimentos ensinados representam a cultura de quais grupos sociais? Por que eles não podem coabitar o currículo junto com outros saberes, ampliando as possibilidades de pensamento e de relação com o mundo?

Referências

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 30. reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012b.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.